# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA DA [•]

celebrado por

**[•]**

*na qualidade de Emissora*

**AVENTTI STRATEGIC PARTNERS LLP**

*na qualidade de Garantidor*

**PRIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

*na qualidade de Debenturista*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA**

**DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

*na qualidade de Agente Fiduciário*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

datado de

[30] de [junho] 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA DA GARONNE PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da Garonne Participações S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”), de um lado, na qualidade de emissora das Debêntures (conforme abaixo definida):

1. **GARONNE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“**CNPJ**”) sob o nº 41.757.564/0001-50, com seus atos constitutivos registrados perante a [Junta Comercial do Estado do São Paulo (“**JUCESP**”)] sob o NIRE [•], neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Emissora**”);

e, de outro lado,

1. **PRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob n.º **[•]** (“**Fundo**”), neste ato representado por **[•]**, na qualidade de administrador do fundo, com sede na Cidade de [•], Estado de [•], na [•], n.º [•], CEP [•], inscrita no CNPJ sob o n.º [•], neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Debenturista**”);

como interveniente anuente garantidor:

1. **AVENTTI STRATEGIC PARTNERS LLP**, sociedade constituída de acordo com as leis da Inglaterra, com sede na Belford Row 20-22, WC1R4JS, Londres, Reino Unido, inscrita no CNPJ sob o nº 40.764.133/0001-59 (“**Aventti**”), neste ato representado pela **Planner** **Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, na qualidade de representante legal, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35210504411, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Representante INR**”); e

como agente fiduciário:

1. **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, Sala 2401, Centro, RJ, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ sob o nº 15.277.994/0001-50, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) sob o NIRE [•], na forma do seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) (“**Agente Fiduciário**” sendo o Agente Fiduciário referido em conjunto com o Garantidor, a Emissora e o Debenturista como “**Partes**” e, individualmente, como “**Parte**”).

Resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

# CONSIDERANDO QUE:

* 1. a Emissora tem interesse em emitir debêntures, para colocação privada, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos desta Escritura de Emissão, a serem subscritas de forma privada pelo Debenturista (“**Debêntures**”);
  2. O Fundo tem como objetivo obter a valorização de suas quotas por meio da aplicação de seus recursos em direitos creditórios, dentre os quais inclui-se debêntures emitidas por sociedades anônimas ou outros títulos de dívida emitidos por sociedades limitadas;
  3. os recursos a serem captados por meio das Debêntures serão destinados, pela Emissora, para a aquisição de ações a serem emitidas pela Bordeaux Participações S.A., sociedade por ações, com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 21.279.023/0001-57, (“**Bordeaux**”);
  4. para garantir o fiel pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), as Debêntures contam com as seguintes garantias: (a) garantia adicional fidejussória estrangeira regida pelas leis da Inglaterra, (b) Fiança (conforme definido abaixo) prestada pelo Garantidor no âmbito desta Escritura de Emissão, (c) alienação fiduciária de ações, detidas pela Aventti, de emissão da **Petro Rio S.A.**, com sede no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 1 andar Parte, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 10.629.105/0001-68 (“**PetroRio**”), e (d) cessão fiduciária de direitos creditórios relativos à conta vinculada [em nome do Representante INR para benefício da Aventti], em favor do Debenturista;

1. a presente Escritura de Emissão é parte de um conjunto de transações e deverá ser interpretada em conjunto com (i) as Garantias (conforme definido abaixo); (ii) o Boletim de Subscrição das Debêntures (conforme definido abaixo); (iii) os documentos representativos das Garantias nos termos dessa Escritura de Emissão (em conjunto com o presente instrumento, sendo todos esses documentos doravante denominados “Documentos da Operação”).
   1. A celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (“**Lei das Sociedades por Ações**”), é realizada com base nas deliberações tomadas (i) na assembleia geral de acionistas da Emissora realizada em [•] (“**AGE da Emissora**”).
   2. A outorga da Fiança, da Guarantee (conforme abaixo definido) e da Alienação Fiduciária (abaixo definida), e da Cessão Fiduciária de Conta Vinculada (conforme abaixo definido) pela Aventti e a celebração dos demais Documentos da Operação do qual seja parte, foram aprovadas por meio da [•] realizada em [•] (“**Aprovação** **Aventti**”);
   3. A celebração do contrato representativo da Cessão Fiduciária de Conta Vinculada pelo Representante INR foi aprovada por meio da [•] realizada em [•] (“**Aprovação Representante INR**” e, em conjunto com a AGE da Emissora, a Aprovação Aventti, as “**Aprovações Societárias**”).
2. REQUISITOS DA EMISSÃO
   1. Arquivamento e Publicação das Aprovações Societárias: Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as atas das Aprovações Societárias da Emissora serão arquivadas na JUCESP, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteiscontados da data de sua realização, observado os termos do artigo 6º, inciso II, da Lei Federal n° 14.030, de 28 de julho de 2020 (“**Lei nº 14.030**”), e publicada no [Diário Oficial do Estado de São Paulo (“**DOESP**”)] e no jornal “[•]” (“[•]” e, em conjunto com o DOESP, “**Jornais de Publicação**”).
      1. Os atos societários relacionados à Emissão e/ou às Garantias que eventualmente venham a ser realizados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão, de acordo com a legislação em vigor, arquivados na JUCESP, JUCERJA e CVM, e publicados pela Emissora e/ou pelo Garantidor, conforme o caso, nos seus Jornais de Publicação nos termos desta Cláusula.
   2. Arquivamento da Escritura de Emissão. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão arquivados na JUCESP, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua celebração, observado os termos do artigo 6º, II da Lei nº 14.030.
   3. Agente Fiduciário. Foi contratada a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, Sala 2401, Centro, RJ, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ sob o nº 15.277.994/0001-50] como agente fiduciário para representar os direitos e interesses do Debenturista na presente Emissão.
   4. Registro para distribuição, negociação, custódia eletrônica e liquidação. As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
   5. Dispensa de registro na CVM e na ANBIMA. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem qualquer intermediação ou esforço de venda realizados por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários perante investidores indeterminados, não estando, portanto, a presente Emissão sujeita ao registro de distribuição na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“**ANBIMA**”); e
   6. Registro da Escritura no Registro de Títulos e Documentos. A presente Escritura de Emissão e seus aditamentos serão registrados no Registro de Títulos e Documentos do domicílio de cada uma das Partes, a saber, São Paulo e Rio de Janeiro (“**Cartórios de RTD**”), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua celebração.
3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA
   1. A Emissora tem por objeto social a participação, [como sócia ou acionista, em outras sociedades no Brasil ou no exterior.]
4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS
   1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente destinados à aquisição de ações a serem emitidas pela Bordeaux.
5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES
   1. Debenturista. As Debêntures serão subscritas pelo Debenturista, sendo o Debenturista ou qualquer pessoa que venha a ser titular das Debêntures a qualquer tempo doravante denominado “**Debenturista**”.
   2. Colocação e negociação. As Debêntures serão objeto de colocação privada junto ao Debenturista, sem que haja (i) intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; e/ou (ii) realização de qualquer esforço de venda perante investidores indeterminados.
   3. Prazo de subscrição. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas assim que a Emissora cumprir com as Condições Precedentes (conforme definido abaixo) (“**Data de Subscrição**”).
      1. São condições precedentes à integralização das Debêntures o atendimento cumulativo, em forma e substância satisfatória ao Debenturista, das seguintes condições precedentes, as quais poderão ser renunciadas por escrito a exclusivo critério do Debenturista, as quais serão consideradas condições suspensivas, nos termos do artigo 125 do Código Civil (“**Condições Precedentes**”):
         1. o registro desta Escritura de Emissão e das Aprovações Societárias perante a JUCESP, JUCERJA e CVM, conforme o caso, nos termos das Cláusulas 2.1 e 2.2 acima;
         2. o registro desta Escritura de Debêntures nos Cartórios de RTD;
         3. o registro e atendimento das formalidades de publicidade, conforme legislação aplicável, das Aprovações Societárias;
         4. o registro junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) do gravame constituído sob as Ações PetroRio (conforme definido abaixo) por meio da Alienação Fiduciária, cujo valor deverá corresponder, na Data de Integralização, ao Índice de Cobertura Inicial (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), equivalente a, no mínimo, 175% (cento e setenta e cinco por cento) do Valor da Emissão;
         5. recebimento, pelo Agente Fiduciário, de Notificação ao Custodiante (conforme definida no Contrato de Alienação Fiduciária) devidamente assinada pelo [CUSTODIANTE] [completar qualificação] (“**Custodiante**”);
         6. recebimento, pelo Agente Fiduciário, de Notificação ao Representante INR devidamente assinada pelo Representante INR, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária;
         7. recebimento, pelo Agente Fiduciário, do Termo de Definição da Quantidade e do Preço de Referência das Ações PetroRio, preparado substancialmente nos termos do **Anexo** **5.18.1**, devidamente assinado pelos representantes da Emissora e do Garantidor;
         8. publicação da AGE da Emissora nos termos da Cláusula 2.1.1 acima;
         9. registro do Contrato de Alienação Fiduciária na B3
         10. registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada no Registro de Títulos e Documentos da [Comarca de São Paulo];
         11. recebimento, pelo Debenturista, de 1 (uma) original do Boletim de Subscrição das Debêntures assinado e cópia do livro de registro das Debêntures da Emissora comprovando a titularidade das Debêntures em nome do Debenturista;
         12. obtenção pela Emissora e pelo Garantidor, de todas as aprovações societárias, regulatórias e de terceiros, conforme aplicáveis, necessárias para a realização da Emissão e/ou outorga das Garantias (conforme definido abaixo);
         13. manutenção da composição acionária e não alteração do controle societário, direto ou indireto, da Emissora e do Garantidor;
         14. manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que dão à Emissora e ao Garantidor condição fundamental de funcionamento e ao exercício de suas respectivas atividades;
         15. não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo);
         16. conclusão do levantamento de informações e do processo de análise detalhada (*due diligence*) da Emissora e do Garantidor, em termos satisfatórios, a exclusivo critério do Debenturista, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações deste tipo;
         17. entrega ao Agente Fiduciário **(a)** das vias assinadas de todos os Documentos da Operação assinados, conforme aplicável; e **(b)** das *legal opinions* dos Advogados do Debenturista (I) Lefosse Advogados, nos aspectos relativos à legislação brasileira; (II) Clifford Chance LLP, nos aspectos relativos à legislação do Reino Unido, bem como dos Advogados da Emissora: (III) Cascione Pulino Boulos Advogados, todas em termos satisfatórios ao Debenturista;
         18. a verificação do integral cumprimento das demais condições precedentes constantes dos demais Documentos da Operação;
         19. recebimento pelo Agente Fiduciário de uma 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, devidamente assinada pelas Partes, acompanhada do comprovante de registro na JUCESP e nos cartórios de registro de títulos e documentos referidos na cláusula 2.6 acima;
         20. recebimento pelo Agente Fiduciário das cópias das atas Aprovações Societárias referidas na Cláusula 2.1.1 acima, devidamente registradas nas respectivas juntas comerciais e/ou Registros de Títulos e Documentos, conforme o caso;
         21. recebimento pelo Agente Fiduciário das cópias das publicações descritas na Cláusula 2.1 acima;
         22. o GarantidorConfirmação, na respectiva data de subscrição, de que todas as declarações feitas e informações fornecidas pela Emissora e Garantidor para fins da presente Emissão são e continuam verdadeiras, corretas e suficientes;
         23. emissão de declaração por representantes legais da Emissora, do Garantidor e da Bordeaux, substancialmente nos termos da minuta constante do Anexo 5.3.1**(xxvi)** à presente Escritura de Emissão, informando que a emissão destas Debêntures não resulta no inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais, legais, inclusive regulatórias; e
         24. emissão de declaração por representantes legais da Emissora, do Garantidor e da Bordeaux com relação à sua ciência sobre a inexistência de ação, processo ou procedimento pendente perante qualquer tribunal judicial ou arbitral ou órgão administrativo, de qualquer jurisdição ou perante qualquer árbitro, que venha a versar sobre a consumação ou acarretar a rescisão de qualquer termo, condição e/ou obrigação contemplados nesta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Operação, cuja minuta consta substancialmente do **Anexo 5.3.1(xxvii)**.
      2. A Emissora deverá emitir e entregar ao Debenturista o Termo de Execução, na forma substancialmente contida do “**Anexo 5.3.2**” (“**Termo de Execução**”), atestando que as Condições Precedentes previstas na Cláusula 5.3.1, ressalvadas as que forem objeto de renúncia pelo Debenturista, foram cumpridas, bem como designando a Data de Integralização, assim como os dados da conta bancária onde tal valor deverá ser depositado. O Agente Fiduciário deverá se manifestar a respeito do Termo de Execução no prazo de 10 dez) Dias Úteis contados da data de recebimento do referido Termo. Não obstante o disposto nesta Cláusula, o Debenturista poderá fazer a integralização das Debêntures a seu exclusivo critério se entender que as Condições Precedentes foram atendidas ou se a seu critério renunciar ao cumprimento de qualquer delas.
      3. Prazo de Integralização. As Debêntures deverão ser integralizadas quando do efetivo atendimento cumulativo, a exclusivo critério do Debenturista, de todas das Condições Precedentes, o que deverá ocorrer em até [30 (trinta)] dias contados da presente data, [prorrogáveis a cada 30 (trinta) dias, a critério exclusivo do Debenturista] (“**Período de Disponibilidade dos Recursos**”). Caso, por qualquer motivo, até o final do Período de Disponibilidade dos Recursos, quaisquer das Condições Precedentes não tenham se verificado, o Debenturista poderá, a seu exclusivo critério, renunciar a quaisquer delas, ou ficará automaticamente desobrigado de realizar qualquer desembolso em relação a esta Escritura, a qual será considerada resolvida de pleno direito, nada mais sendo devido de uma Parte à outra, ressalvadas: (i) todos e quaisquer custos da operação incorridos pelo Debenturista, os quais deverão ser pagos pela Emissora e/ou pelo Garantidor em até 2 (dois) dias úteis a contar do envio pelo Debenturista da respectiva notificação;
   4. Forma de subscrição e de integralização. A subscrição será realizada na Data de Subscrição, por meio de assinatura de boletim de subscrição, (“**Boletim de Subscrição das Debêntures**”). As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional (“**Data de Integralização**”).
   5. Número da Emissão. As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
   6. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“**Valor Total da Emissão**”).
   7. Quantidade. Serão emitidas 700.000 (setecentas mil) Debêntures, na Data de Emissão.
   8. Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
   9. Séries. A Emissão será realizada em série única.
   10. Forma e comprovação de titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pela averbação no livro de registro das Debêntures da Emissora.
   11. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
   12. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.
   13. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será [•] de 2021 (“**Data de Emissão**”).
   14. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de 2023 (“**Data de Vencimento**”).
   15. Pagamento do Valor Nominal Unitário*.* O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado anualmente, em 2 (duas) parcelas anuais, nas datas previstas na tabela do **Anexo 5.15** , sendo o primeiro pagamento devido em [•] de 2022 e o último na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, calculado nos termos da fórmula abaixo, cujo resultado será apurado pela Debenturista

*Aai = VNe x Tai*

onde:

Aai = valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso;

Tai = percentual da i-ésima parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, expressa em percentual informada com 4 (quatro) casas decimais, conforme informado nos termos estabelecidos no Anexo I desta Escritura de Emissão.

* 1. Remuneração DI das Debêntures

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Spread” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração DI”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

* + 1. A Remuneração DI das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

J = valor unitário da Remuneração DI acumulada calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Conforme definido acima;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI desde a primeira Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração DI imediatamente anterior, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



n = Número total de Taxas DI consideradas no cálculo do ativo.

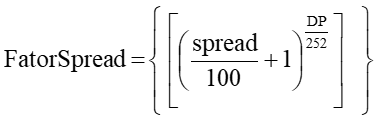
TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:



k = Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até “n”

DI = Taxa DI de ordem k divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:



Spread = 4,5000 (quatro inteiros e cinco mil décimos de milésimos);

DP = Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração DI imediatamente anterior e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

Observações:

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável por seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

* + 1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração DI das Debêntures será paga anualmente, nos dias [30 de junho de 2022] e [30 de junho de 2023] (“**Datas de Pagamento**”).
  1. Indisponibilidade da Taxa DI
     1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada na apuração da Remuneração DI a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o Debenturista quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 5.17.2, 5.17.3 e 5.17.4 abaixo.
     2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade legal de sua aplicação às Debêntures, inclusive em razão de determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias indicado acima nesta Cláusula ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, convocar, nos termos da Cláusula [●] desta Escritura de Emissão, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão) para a deliberação, de comum acordo entre a Emissora e o Debenturista, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração DI, novo parâmetro este que deverá ser similar ao utilizado para a Taxa DI, observado o disposto na Cláusula 5.17.1. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a última Taxa DI conhecida.
     3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração DI entre a Emissora e o Debenturista representando, no mínimo, 75%(setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), ou caso não seja atingido quórum de instalação ou deliberação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas deveria ter sido realizada, mas não foi, ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração DI das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso.
     4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.17.2 acima, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração DI.
  2. Remuneração Variável.
     1. Sem prejuízo da Remuneração DI, a Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a pagar ao Debenturista uma remuneração variável contingente equivalente ao Prêmio de Remuneração Variável, conforme apurado em cada uma das Datas de Verificação e nos termos estabelecidos na Cláusula 5.18.4 abaixo e conforme exemplificado no **Anexo** 5.18.1(“**Remuneração Variável**” e, em conjunto com a Remuneração DI, a “**Remuneração das Debêntures**”).
     2. A verificação pelo Agente Fiduciário do eventual valor devido a título de Remuneração Variável ocorrerá nos dias [28 de junho] de 2022 e [28 de junho] de 2023; e/ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures (cada uma, uma “Data de Verificação”).
     3. Em cada Data de Verificação, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora informando o valor devido a título de Remuneração Variável, sendo certo que a Remuneração Variável será paga nas Datas de Pagamento.
     4. Para fins do cálculo da Remuneração Variável, o Prêmio de Remuneração Variável será calculado conforme fórmulas e definições a seguir:

Onde:

“**i**” significa o número de ordem das Datas de Verificação, variando de 1 (um) até 2 (dois);

“**Premioi**” significa o Prêmio de Remuneração Variável devido em cada Data de Pagamento;

“**QRA**” significa a Quantidade de Referência de Ações calculada como a razão entre (a) o Valor Total da Emissão e (b) o PRA, sem casas decimais com arredondamento, a ser apurado pelo Agente Fiduciário na primeira Data de Integralização e aprovado pela Emissora e pelo Garantidor no Termo de Definição da Quantidade e do Preço de Referência das Ações PetroRio;

“**PRA**” significa o preço de referência das Ações PRIO calculado como a média dos preços de fechamento das Ações PRIO3 nos [5] (cinco) pregões imediatamente anteriores à primeira Data de Integralização (exclusive) ponderados pelas respectivas quantidades de Ações PRIO negociadas em cada um dos [5] (cinco) pregões, com 2 casas decimais e arredondamento, a ser apurado pelo Agente Fiduciário na primeira Data de Integralização e aprovado pela Emissora e pelo Garantidor no Termo de Definição da Quantidade e do Preço de Referência das Ações PetroRio, e deduzidos dos proventos declarados por Ação PRIO3 entre a primeira Data de Integralização e cada Data de Verificação;

“**PMAi**” significa, para cada Data de Verificação, a média dos preços de fechamento das Ações PRIO3 nos [5] (cinco) pregões imediatamente anteriores a cada Data de Verificação (exclusive) ponderados pelas respectivas quantidades de Ações PRIO3 negociadas em cada um dos [5] (cinco) pregões, com 2 casas decimais e arredondamento.

“**Percentual1**” significa 33% (trinta e três por cento);

“**Percentual2**” significa 67% (sessenta e sete por cento);

“**Ação PRIO**” significa cada ação de emissão da PetroRio, negociadas na B3 sob o código PRIO3.

O PRA, bem como os valores dos proventos eventualmente declarados desde a primeira Data de Integralização, serão simultânea e proporcionalmente ajustados aos aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de Ações PRIO3, a qualquer título, conforme o caso, que vierem a ocorrer a partir da primeira Data de Integralização, sem qualquer ônus para o Debenturista e na mesma proporção estabelecida para tais eventos. Assim, por exemplo (i) em caso de grupamento de Ações PRIO3, o PRA deverá ser multiplicado pela mesma razão referente ao grupamento das Ações PRIO3; e (ii) em caso de desdobramento de ações ou bonificações, o PRA deverá ser dividido pela mesma razão referente ao desdobramento das Ações PRIO3 ou pela mesma razão utilizada para a bonificação.

A QRA será simultânea e proporcionalmente ajustada aos aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de Ações PRIO3, a qualquer título, conforme o caso, que vierem a ocorrer a partir da primeira Data de Integralização, sem qualquer ônus para os Debenturistas e na mesma proporção estabelecida para tais eventos. Assim, por exemplo (i) em caso de grupamento de Ações PRIO3, a QRA deverá ser dividida pela mesma razão referente ao grupamento das Ações PRIO3; e (ii) em caso de desdobramento de ações ou bonificações, a QRA deverá ser multiplicada pela mesma razão referente ao desdobramento das Ações PRIO3 ou pela mesma razão utilizada para a bonificação.

* 1. Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada.
  2. Resgate Antecipado Facultativo Total. Não haverá resgate antecipado facultativo total.
  3. Amortização Extraordinária. Não haverá amortização extraordinária.
  4. Direito ao Recebimento dos Pagamentos. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
  5. Hora e Local de Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação serão realizados pela Emissora até as [●] horas, na conta corrente [•] de titularidade do Debenturista e mantida na agência [•] do [•] (código [•]), ou qualquer outra conta corrente de titularidade do Debenturista a ser previamente indicada pelo Agente Fiduciário.
  6. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins desta Escritura de Emissão, “**Dia Útil**” significa todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil;
  7. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures aplicável sobre todos e quaisquer valores em atraso, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”).
  8. Tributos. A Emissora será responsável pelo custo de todos os tributos (inclusive na fonte), incidentes, a qualquer momento, sobre os pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, Remuneração das Debêntures, Encargos Moratórios, e reembolsos e indenizações devidos na forma desta Escritura de Emissão, inclusive após eventual cessão, endosso ou qualquer outra forma de transferência das Debêntures, bem como com os custos de eventual majoração ou cancelamento de isenção ou de imunidade tributária que venha a ocorrer com relação às Debêntures. Referidos tributos que incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora em virtude das Debêntures serão suportados pela Emissora, de modo que referidos pagamentos devem ser acrescidos dos valores correspondentes a quaisquer tributos que incidam sobre os mesmos, de forma que o Debenturista sempre receba o valor programado líquido de tais tributos ou qualquer forma de retenção. Caso qualquer órgão competente venha a exigir, mesmo que sob a legislação fiscal vigente, o recolhimento, pagamento e/ou retenção de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou quaisquer outros tributos federais, estaduais ou municipais sobre quaisquer pagamentos ou reembolsos previstos nesta Escritura de Emissão, ou a legislação vigente venha a sofrer qualquer modificação ou, por quaisquer outros motivos, novos tributos venham a incidir sobre os pagamentos ou reembolso previstos nesta Escritura de Emissão, a Emissora será responsável pelo recolhimento, pagamento e/ou retenção destes tributos. Nesta situação, a Emissora deverá acrescer a tais pagamentos valores adicionais de modo que o Debenturista receba os mesmos valores líquidos que seriam recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada.
  9. Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento e/ou cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, relativas às Debêntures assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, incluindo, mas sem limitação, (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração das Debêntures, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e relativos a esta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, prêmios, indenizações e demais encargos contratuais e legais previstos; (c) as obrigações relativas aos prestadores de serviços da Emissão das Debêntures e demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, às suas remunerações, nas situações em que, caracterizada a inadimplência da Emissora, tais obrigações recaiam sobre o Debenturista e/ou contraparte dos respectivos Documentos da Operação; (d) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsadas no âmbito da Emissão das Debêntures, Documentos da Operação e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais (inclusive honorários advocatícios) para a excussão das Garantias, nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, conforme aplicável; e (e) quaisquer obrigações de indenizar decorrentes dos Documentos da Operação (“**Obrigações Garantidas**”), as Debêntures contarão com:
     1. Alienação Fiduciária de Ações. Em garantia do fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, será constituída alienação fiduciária em favor do Debenturista, em caráter irrevogável e irretratável, de ações de emissão PetroRio de propriedade da Aventti, negociadas na B3 sob o código “PRIO3” e devidamente custodiadas na [CORRETORA] [incluir razão social] (“**Corretora**”), incluindo toda e qualquer distribuição a título de distribuição de lucros, dividendos, juros sobre capital próprio (“**Alienação Fiduciária**”, “**Ações PetroRio**”),observados os termos e condições a serem estabelecidos no “*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*” a ser celebrado entre a Aventti e o Debenturista (“**Contrato de Alienação Fiduciária**”).
     2. Garantia Adicional Fidejussória. Em garantia do fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, o Garantidor presta fiança em favor do Debenturista obrigando-se solidariamente como fiador e principal pagador pelo pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora no âmbito da Emissão, da presente Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme os artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Fiança**”) nos termos descritos a seguir:
        1. o Garantidor declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente, fiador e principal pagador das Obrigações Garantidas;
        2. o valor devido em decorrência das Obrigações Garantidas será pago pelo Garantidor no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir do efetivo recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Garantidor informando a falta de pagamento das Obrigações Garantidas;
        3. o Garantidor renuncia expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“**Código de Processo Civil**”);
        4. cabe ao Agente Fiduciário, em cumprimento a ordens do Debenturista requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Debenturista, dos prazos para execução da Fiança não ensejará a perda de qualquer direito ou faculdade previsto nesta Escritura de Emissão;
        5. somente após a excussão da Fiança objeto desta Cláusula e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos do Debenturista perante a Emissora, conforme aplicável;
        6. o Garantidor desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após o Debenturista ter recebido todos os valores a eles devidos e que venham a ser devidos nos termos desta Escritura de Emissão;
        7. a Fiança de que trata esta Cláusula entrará em vigor na Data de Emissão, vigendo até o pagamento integral das Obrigações Garantidas;
        8. o Garantidor desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral das Obrigações Garantidas, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia do Debenturista;
        9. as Partes reconhecem o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo o Debenturista, a seu exclusivo critério, excutir as Garantias em conjunto ou cada uma delas individualmente, indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas, ficando ainda estabelecido que a excussão das Garantias independerá de qualquer providência preliminar por parte do Debenturista, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza; e
        10. a Fiança de que trata esta Cláusula poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.
        11. Em virtude da Fiança prevista acima, a presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de RTD na forma da Cláusula 2.2 desta Escritura de Emissão.
        12. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Garantidor com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
     3. Nos termos do item (v), acima o Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos do Debenturista caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado, entretanto, que o Garantidor desde já concorda e obriga-se a exigir, compensar e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelo Garantidor em decorrência da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido integralmente todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão. Dessa forma, o Garantidor reconhece que estará subordinado no recebimento dos valores que venham a dispender ao recebimento integral, pelo Debenturista, das Obrigações Garantidas.
     4. Cessão Fiduciária de Conta Vinculada. Em garantia do fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Aventti e o Representante INR cederão fiduciariamente ao Debenturista direitos de crédito relativos aos valores depositados na conta corrente nº [•], mantida perante a agência [•], do banco [•] (“**Cessão Fiduciária de Conta Vinculada**”), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada (“**Contrato de CF de Conta Vinculada**”)
     5. Garantia Adicional. Em garantia do fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Aventti outorgará garantia adicional regida sob Lei Inglesa em favor do Debenturista por meio da Guarantee Letter, obrigando-se ao fiel cumprimento das Obrigações Garantidas (“**Guarantee**” e, em conjunto com a Alienação Fiduciária, a Fiança e a Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, “**Garantias**”).

1. Vencimento Antecipado
   1. Observado o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturista, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão na ocorrência das hipóteses descritas nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo (cada uma, um “**Evento de Vencimento Antecipado**”).
      1. Vencimento Antecipado Automático. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretarão o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.2 abaixo, quaisquer das seguintes hipóteses (cada uma, um “**Evento de Vencimento Antecipado Automático**”):
         1. Não realização da Recomposição de Garantia (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária) na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária;
         2. inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Garantidor de qualquer obrigação pecuniária relativa aos Documentos da Operação, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de inadimplemento;
         3. se qualquer dos Documentos da Operação, ou qualquer uma de suas disposições forem declaradas inválidas, nulas ou inexequíveis (liminarmente ou de forma definitiva);
         4. se, por qualquer motivo, as ações de emissão da PetroRio, atualmente detidas pelo Garantidor, e negociadas na B3, sob o símbolo "PRIO3", deixem de ser negociadas na B3;
         5. ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, observado o disposto na Cláusula 6.1.2.(i) abaixo.
      2. Vencimento Antecipado Não Automático. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou quaisquer das seguintes hipóteses (cada uma, um “**Evento de Vencimento Antecipado Não Automático**”):
         1. ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou extinção (ou equivalente na respectiva jurisdição de incorporação da Aventti) da Emissora e/ou do Garantidor e/ou da PetroRio; (b) decretação de falência (ou equivalente na respectiva jurisdição de incorporação da Aventti) da Emissora e/ou do Garantidor e/ou da PetroRio; (c) pedido de autofalência (ou equivalente na respectiva jurisdição de incorporação da Aventti) formulado pela Emissora e/ou do Garantidor e/ou da PetroRio; (d) pedido de falência formulado por terceiros (ou equivalente na respectiva jurisdição de incorporação da Aventti) em face da Emissora e/ou do Garantidor e/ou da PetroRio e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal; (e) propositura, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de plano de recuperação extrajudicial (ou equivalente na respectiva jurisdição de incorporação da Aventti) a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (f) ingresso, pela Emissora, pelo Garantidor, em juízo com requerimento de recuperação judicial (ou equivalente na respectiva jurisdição de incorporação da Aventti), independentemente de deferimento do processamento de recuperação ou de sua concessão pelo juízo ou corte competente na respectiva jurisdição ou (g) nos termos da regulamentação aplicável à época, qualquer evento que legalmente caracterize estado de insolvência da Emissora, e/ou Garantidor que não aqueles descritos nos subitens (a) a (f) acima;
         2. inadimplemento ou ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, no Brasil ou no exterior, da Emissora e/ou do Garantidor (incluindo seus beneficiários) e/ou quaisquer das sociedades em que mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pelo Garantidor na qualidade de devedora ou garantidora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R$[●],00 ([●] reais) ou seu equivalente em outras moedas;
         3. não realização da transferência de quaisquer recursos recebidos pelo Garantidor, distribuídos pela PetroRio por qualquer outro meio que não seja o depósito na Conta Centralizadora, para a Conta Centralizadora no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data da distribuição dos recursos pela PetroRio;
         4. caso a Emissora, o Garantidor ou quaisquer terceiros incluindo autoridades governamentais, direta ou indiretamente, pratiquem quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, no âmbito da jurisdição brasileira ou qualquer outra jurisdição competente, que objetivem anular, cancelar, questionar ou invalidar qualquer dos Documento da Operação;
         5. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, conforme o caso, das obrigações assumidas nos Documentos da Operação, sem a prévia e expressa aprovação do Debenturista;
         6. criação de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração, direito de garantia equivalente e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma (ainda que sob condição suspensiva) (“**Ônus**”), a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os bens e direitos objeto do Contrato de Alienação Fiduciária;
         7. redução do capital social da Emissora, exceto **(a)** para fins de absorção de prejuízos acumulados; ou **(b)** mediante a prévia e expressa aprovação do Debenturista;
         8. transformação do tipo societário da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
         9. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora a e/ou o Garantidor, exceto se, referida operação for previa e expressamente aprovada pelo Debenturista;
         10. alteração do objeto social da Emissora e/ou do Garantidor, conforme disposto em seus atos constitutivos vigentes na Data de Emissão, de forma a alterar as suas atividades preponderantes;
         11. realização pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de operações fora de seu objeto social e/ou a prática de qualquer ato em desacordo com seus atos constitutivos;
         12. descumprimento, a partir da Data de Emissão, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral, contra a Emissora e/ou o Garantidor (incluindo seus beneficiários), em qualquer jurisdição;
         13. existência, contra a Emissora e/ou o Garantidor (incluindo seus beneficiários), de sentença ou decisão condenatória, em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, perante qualquer jurisdição competente, conforme aplicável, por crimes ambientais e/ou violação à Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), pela utilização de trabalho escravo ou infantil ou proveito criminoso da prostituição;
         14. infração, conforme decisão judicial, pela Emissora, pelo Garantidor, seus beneficiários e/ou pelos seus respectivos administradores (conforme aplicável), agindo em benefício ou em nome da respectiva sociedade, a qualquer lei ou regulamento nacional contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas sem limitação a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e, desde que aplicável, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977, da OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions e do UK Bribery Act (UKBA) (“**Leis Anticorrupção**”);
         15. inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de qualquer obrigação pecuniária que não seja relativa às Debêntures e ou qualquer dos Documentos da Operação, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de inadimplemento;
         16. descumprimento pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Documentos da Operação não sanado: (a) no prazo de cura previsto especificamente para a respectiva obrigação, se aplicável; ou (b) caso não haja prazo de cura específico, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
         17. protesto de títulos contra a Emissora e/ou o Garantidor, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$[●],00 ([●] reais) ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data do conhecimento pela Emissora e/ou pelo Garantidor, conforme o caso, de referido protesto, a Emissora e/ou o Garantidor, conforme o caso, tiver tomado medidas cabíveis e comprovado ao Debenturista, a seu exclusivo critério, que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
         18. interrupção das atividades da Emissora e/ou do Garantidor por um período superior a 5 (cinco) Dias Úteis: (a) por revogação, suspensão ou extinção das renovações das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais necessárias para o exercício de suas atividades; ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou do Garantidor, conforme o caso, em qualquer hipótese, que resulte em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
         19. se falsas, enganosas ou revelarem-se incorretas, na data em que foram prestadas, quaisquer das declarações ou garantias da Emissora e/ou do Garantidor constantes nesta Escritura de Emissão e/ou quaisquer dos Documentos da Operação, conforme aplicável;
         20. não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e/ou licenças necessárias para a atividade da Emissora e/ou do Garantidor, exceto nos casos em que possua provimento jurisdicional vigente autorizando a sua atuação sem as referidas autorizações, alvarás e/ou licenças, nos casos em que tais autorizações, alvarás ou licenças estejam no processo legal de obtenção ou renovação, desde que obedecidos os prazos regulamentares ou legais para tanto;
         21. distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de rendimentos aos seus sócios ou acionistas, conforme o caso, em montante superior aos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e/ou dos demais Documentos da Operação;
         22. alteração dos atos constitutivos da Emissora e/ou do Garantidor, vigentes na Data de Emissão, de forma a alterar as disposições que tratam da distribuição de dividendos e/ou lucros;
         23. realização, pela Emissora incluindo os seus controladores, controladas e empresas sob controle comum, de operações com suas partes relacionadas diretas e/ou indiretas, exceto caso tal operação seja previamente aprovada pela Debenturista;
         24. concessão de garantias, de qualquer natureza pela Emissora, ou a contratação, pela Emissora, de qualquer espécie de empréstimo (no mercado financeiro e/ou de capitais, local ou internacional), adiantamento ou mútuo, a partir da presente data, sem a prévia e expressa concordância da Debenturista, exceto se autorizado nos termos desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Documentos da Operação;
         25. realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações ou quotas do capital social da Emissora e/ou do Garantidor e/ou quaisquer das sociedades em que mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pelo Garantidor;
         26. autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um impacto adverso relevante para a Emissora;
         27. se sobrevier qualquer decisão judicial ou administrativa que possa afetar a propriedade, posse ou livre disposição de qualquer dos bens objeto das Garantias Reais e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, cause qualquer embaraço a seu uso ou lhes diminua o valor; e
         28. se, por qualquer motivo, a PetroRio deixe de ter registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM;
   2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto na Cláusula 6.1.1 acima, as Debêntures serão consideradas automática e antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
   3. Na Ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora e o Debenturista, por sua vez, o Debenturista poderá:

**(a)** convocar Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com a Clausula 9 abaixo, para deliberar sobre Vencimento Antecipado das Debêntures; ou

**(b)** implementar prazo de cura para a Emissora sanar toda e qualquer exigência referente ao Vencimento Antecipado Não Automático e apresentar resposta ao Agente Fiduciário com cópia para o Debenturista.

* + 1. Caso a devolutiva da Emissora ao Agente Fiduciário com cópia para o Debenturista não seja satisfatória, ao exclusivo critério do Agente Fiduciário agindo por ordem do Debenturista, o Agente Fiduciário poderá declarar as Debêntures automática e antecipadamente vencidas.
  1. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento da totalidade do saldo o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures e demais encargos aplicáveis nos termos dos Documentos da Operação.

1. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA e do Garantidor
   1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, a Emissora e o Garantidor, conforme o caso, estão obrigados de forma solidária a:
      * 1. Fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações em relação à Emissora e ao Garantidor:

em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou de cada trimestre, cópias das suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou trimestre, conforme o caso, acompanhadas do relatório da administração e, se houver, do parecer de auditores independentes;

em até 5 (cinco) dias úteis após a Emissora ou qualquer Garantidor tomarem conhecimento ou mediante solicitação pelo Debenturista ou Agente Fiduciário, informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados na Cláusula 6 acima. Tais informações deverão necessariamente vir acompanhadas de um relatório da Emissora ou Garantidor, contendo a descrição do evento ocorrido e das medidas que a Emissora ou qualquer Garantidor tiver tomado ou pretender tomar com relação a tal ocorrência;

em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento pela Emissora ou Garantidor, cópias de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora que possa prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações assumidas nesta Escritura;

em até 7 (sete) dias úteis contados do respectivo registro perante a Junta Comercial competente, cópia de todas as atas de assembleias e de reuniões do conselho de administração da Emissora;

em até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva solicitação, que deverá ser necessariamente fundamentada, pelo Debenturista, ou no prazo em que se tornar disponível (em caso de documentação cuja emissão dependa de terceiros), cópia de toda e qualquer documentação e/ou informações relacionadas a esta Escritura e quaisquer Documentos da Operação que lhe venham a ser solicitadas pelo Debenturista, por escrito, desde que disponíveis dentro de tal prazo; e

no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais da Emissora e/ou do Garantidor que afete a capacidade da Emissora e/ou do Garantidor de cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou demais Documentos da Operação, conforme aplicável (“**Efeito Adverso Relevante**”);

* + - 1. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou arbitral e desde que tenha obtido efeito suspensivo;
      2. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, necessárias ao exercício de suas atividades, exceto (i) se os efeitos de tal não renovação, cancelamento, cassação, revogação ou suspensão sejam objeto de questionamentos, de boa-fé, e tenham sido suspensos pelos meios legais aplicáveis no prazo legal ou não resulte em Efeito Adverso Relevante; ou (ii) por aquelas que estejam em processo tempestivo de renovação, nos termos da legislação aplicável;
      3. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
      4. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
      5. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação;
      6. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora conforme previsto nesta Escritura de Emissão;
      7. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturista (abaixo definido) para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse do Debenturista;
      8. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
      9. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM e/ou qualquer autoridade competente, em caso de processo administrativo, toda a documentação relativa à Emissão, nos termos previstos na legislação;
      10. manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às fazendas federal, estadual ou municipal, exceto se contestados de boa-fé nas esferas judicial e/ou administrativa;
      11. cumprir a legislação pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, conforme aplicável, bem como a legislação relativa a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo e/ou ainda que caracterizem assédio moral ou sexual, procedendo todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais (exceto por aquelas determinações questionadas de boa-fé nas esferas judiciais e/ou administrativas e desde que tenha obtido efeito suspensivo), bem como adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social (“**Leis Ambientais e Trabalhistas**”);
      12. proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, inclusive, mas não se limitando, à celebração e observância de termos de ajustamento de conduta com os respectivos órgãos competentes, se aplicável, buscando preservar o meio ambiente e atender às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais aplicáveis;
      13. orientar seus fornecedores e prestadores de serviço para que adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo;
      14. cumprir e fazer com que seus administradores e empregados agindo em seu nome, cumpram a Legislação Anticorrupção, na medida em que (a) mantém política própria para estabelecer procedimentos rigorosos de verificação de conformidade com a Legislação Anticorrupção; (b) exerce os melhores esforços para dar conhecimento de tais normas aos profissionais que venham a se relacionar com a Emissora; (c) coíbe a prática de atos de corrupção e de atos lesivos à administração pública, nacional e estrangeira, dela decorrentes, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas comunique imediatamente ao Debenturista;
      15. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados pela Emissora, seus diretores e membros do conselho de administração, no estrito exercício das respectivas funções de administradores da Emissora (i) para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) para o pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) em ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) em quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) em qualquer pagamento ou ação que viole qualquer Legislação Anticorrupção; ou (vi) em um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, ou que influencie no pagamento de qualquer valor indevido;
      16. não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão e/ou qualquer Documento da Operação, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante o Debenturista, bem como qualquer atividade que não esteja relacionada diretamente ao aporte na Bordeaux;
      17. não utilizar os recursos oriundos da Emissão em atividades para as quais não possua a licença ambiental, válida e vigente, exigida pelas Leis Ambientais e Trabalhistas;
      18. (a) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionados à sua operação, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, excetuados aqueles documentos, licenças e outorgas que não tenham sido obtidos de forma tempestiva, mas cujas atividades às quais eles se referem possuam permissão legal tácita; (b) bem como a informar aos investidores, sobre a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;
      19. cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, inclusive, mas não se limitando com relação à destinação dos recursos; e
      20. manter as Garantias constituídas e perfeitas até a liquidação integral das Obrigações Garantidas;

1. AGENTE FIDUCIÁRIO
   1. A SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, conforme qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, é nomeada como Agente Fiduciário desta Emissão e expressamente aceita, nos termos da legislação e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.
   2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
   3. Nas hipóteses de impedimentos, renúncia, intervenção, liquidação ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la no Dia Útil imediatamente posterior ao 15º (décimo quinto) dia antes do término do prazo antes referido, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.
   4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e ao Debenturista, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.
   5. É facultado ao Debenturista, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.
   6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
   7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.
   8. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la ao Debenturistas em forma de aviso nos termos desta Cláusula.
   9. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
   10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
   11. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo de órgãos competentes, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
       * 1. Exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com o Debenturista;
         2. proteger os direitos e interesses do Debenturista, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
         3. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
         4. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
         5. verificar, no momento de aceitar a função, a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
         6. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCESP e nos Cartórios de RTD, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
         7. acompanhar a prestação das informações periódicas prevista nesta Escritura de Emissão, alertando o Debenturista, no relatório anual de que trata o item [●] abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
         8. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
         9. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Varas do Trabalho, cartórios de protesto, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede e domicílio do estabelecimento principal da Emissora e do Garantidor;
         10. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora;
         11. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma da Cláusula 9 abaixo;
         12. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
         13. elaborar relatório destinado ao Debenturista, nos termos artigo 68, §1º, alínea “(b)”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
             1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
             2. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os debenturistas;
             3. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros, índices Financeiros e de estrutura de capital da Fiadora relacionados às Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos titulares dos valores mobiliários e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pelo Garantidor;
             4. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em circulação e saldo cancelado no período;
             5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período;
             6. destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;
             7. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pelo Garantidor nesta Escritura de Emissão;
             8. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função; e
             9. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, (a) denominação da companhia ofertante; (b) quantidade de valores mobiliários emitidos; (c) valor da emissão; (d) espécie e garantias envolvidas; (e) prazo de vencimento e taxa de juros; (f) inadimplemento no período;
         14. disponibilizar o relatório a que se refere o item [●] acima ao Debenturista, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
         15. manter atualizada as informações do Debenturista e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta Cláusula;
         16. disponibilizar o cálculo do valor unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, ao Debenturista*;*
         17. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
         18. comunicar o Debenturista a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas a garantias e a Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
         19. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; e
         20. divulgar as informações referidas no item [●] acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento.
         21. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou na presente Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses do Debenturista.
         22. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R$[•] ([•] reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida até o 5° (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, calculadas *pro-rata die*, se necessário. A primeira parcela será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.
   12. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula [●] será atualizada anualmente com base na variação positiva acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira), até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die,* se necessário.
   13. Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata a Cláusula [●] acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza); (ii) Contribuição ao PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
   14. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
   15. A remuneração prevista nas Cláusulas anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.
   16. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário propor à Emissora a revisão dos honorários propostos.
   17. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.
   18. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelo Debenturista e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantada pelo Debenturista, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante do Debenturista. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.
   19. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, se assim solicitado pela Emissora, e em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da referida solicitação.
   20. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência à data do pagamento.
   21. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.
   22. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
   23. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para o Debenturista e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelo Debenturista reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
   24. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelo Debenturista, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelo Debenturista. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações do Debenturista a ele transmitidas conforme definidas pelo Debenturista e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto ao Debenturista ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão.
2. Assembleia Geral de Debenturistas
   1. Caso as Debêntures da presente Emissão passem a ter mais de um debenturista, as assembleias gerais de debenturistas serão regulamentadas por esta Cláusula 9.
   2. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”), observado que aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
   3. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada: (i) pela Emissora; ou (ii) pelos titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.
   4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
   5. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias para a primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias para a segunda convocação.
   6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, nos termos do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
   7. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os titulares das Debêntures em Circulação.
   8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas exceto (i) quando a Emissora convocar a referida Assembleia Geral de Debenturistas ou (ii) quando formalmente solicitado pelo Debenturista, hipóteses em que a presença da Emissora será obrigatória. Em ambos os casos citados anteriormente, caso a Emissora ainda assim não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, o procedimento deverá seguir normalmente, sendo válidas as deliberações nele tomadas.
   9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito na própria Assembleia Geral de Debenturistas, por maioria de votos dos presentes.
   10. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, em qualquer convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação presentes.
   11. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
   12. Para efeitos de quórum de Assembleia Geral de Debenturistas, consideram-se, “**Debêntures em Circulação**” todas as Debêntures emitidas e integralizadas, excluídas aquelas Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de controladores ou controladas da Emissora, bem como dos respectivos administradores, para fins de quórum.
   13. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
   14. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturista, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.
3. Declarações e Garantias
   1. A Emissora e o Garantidor, individualmente ou em conjunto, conforme aplicável, neste ato, na Data de Emissão e na Data de Integralização, declaram que:
      * 1. a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
        2. a Aventti é sociedade devidamente organizada, de acordo com as leis da Inglaterra, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
        3. estão devidamente autorizados e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
        4. os representantes legais da Emissora e/ou do Garantidor que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em seus respectivos nomes, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
        5. esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
        6. a Guarantee Letter que será outorgada nos termos da Lei da Inglaterra constitui obrigação lícita, válida, vinculante e eficaz da Aventti, exequível de acordo com os seus termos e condições, possuindo nesta data a Aventti suficiência de patrimônio para adimplir as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
        7. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às Debêntures;
        8. exceto pelo disposto na Cláusula 2 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento dessa Escritura de Emissão;
        9. esta Emissão é realizada no curso normal dos negócios da Emissora, devendo os recursos líquidos obtidos com a Emissão ser utilizados nos termos da destinação de recursos descrita na Cláusula 4 dessa Escritura de Emissão;
        10. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, a realização da Emissão e a outorga das Garantias (a) não infringem os atos constitutivos da Emissora e do Garantidor; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual seja parte e/ou ao qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer de seus ativos, exceto pelas Garantias; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que esteja sujeita; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou o Garantidor;
        11. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
        12. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e a forma de cálculo da Remuneração DI e da Remuneração Variável das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
        13. os documentos e informações fornecidos ao Debenturista (i) são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, (ii) estão atualizados até a data em que foram fornecidos e (iii) incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
        14. não omitiu qualquer fato que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira, operacional, reputacional ou jurídica da Emissora e/ou do Garantidor;
        15. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas respectivas atividades nas respectivas jurisdições, ressalvado aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial e cuja exigibilidade esteja suspensa;
        16. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cuja exigibilidade esteja suspensa;
        17. possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas em processo regular de renovação;
        18. não se encontra em estado de necessidade ou sob coação para celebrar esta Escritura de Emissão e/ou os demais Documentos da Operação, tampouco tem urgência em celebrá-los;
        19. as discussões sobre o objeto desta Escritura de Emissão e/ou os demais Documentos da Operação foram feitas, conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa;
        20. na presente data, não foi condenada por: (a) questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga a de escravo e/ou trabalho infantil, (b) crime contra o meio ambiente, (c) descumprimento da legislação ambiental brasileira, ou (d) práticas listadas no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada;
        21. cumpre e zela para que suas controladas e empregados, ao representar a Emissora, cumpram a Legislação Anticorrupção;
        22. (a) mantém políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) exerce os melhores esforços para dar pleno conhecimento da Legislação Anticorrupção a todos os empregados; e (c) coíbe e coibirá a prática de atos de corrupção e de atos lesivos à administração pública, nacional e estrangeira dela decorrentes, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não;
        23. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão.
4. Despesas
   1. As despesas abaixo listadas (em conjunto, “**Despesas**”) serão arcadas pela Emissora mediante solicitação pelo Agente Fiduciário:
      1. custos e emolumentos relacionados às averbações, publicações, prenotações e registros em Cartório de RTD, B3 e junta comercial, que forem necessários à formalização e manutenção da Emissão e Garantias;
      2. custos relacionados aos pagamentos de tributos decorrentes da Emissão e demais Documentos da Operação;
      3. custos devidos às instituições financeiras onde se encontre aberta a Conta Centralizadora e que decorra da abertura e manutenção da Conta Centralizadora;
      4. Custos devidos a prestadores de serviço, como Agente Fiduciário, entre outros; e
      5. todo e qualquer custo para a formalização das Garantias, incluindo, mas não se limitando à tradução juramentada, registro do gravame nos órgãos competentes e formalizações de eventuais aditamentos nos mesmos termos.
5. Comunicações
   1. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para o endereço abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio.

para a Emissora:

[•]

At.: [•]

Telefone: [•]

E-mail: [•]

para o Agente Fiduciário:

[•]

At.: [•]

Telefone: [•]

E-mail: [•]

Sempre com cópia para o Debenturista:

[•]

At.: [•]

Telefone: [•]

E-mail: [•]

para a Aventti:

[•]

At.: [•]

Telefone: [•]

E-mail: [•]

* 1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, sob pena de serem considerados entregues as comunicações enviadas aos endereços anteriormente indicados.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
   2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
   3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
   4. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão após a emissão das Debêntures, além de ser formalizada por meio de aditamento e cumprir os requisitos previstos na Cláusula 2.1 acima, dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo, todavia, que esta Escritura de Emissão poderá ser alterada, independentemente de Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente: (i) de modificações já permitidas expressamente nos Documentos da Operação, (ii) da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais ou regulamentares ou exigências da CVM, da ANBIMA, da B3, ou da JUCESP, (iii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, ou ainda (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone; desde que tais alterações (a) não gerem novos custos ou despesas aos Debenturistas, e (b) não prejudiquem a validade, eficácia ou exequibilidade desta Escritura de Emissão.
   5. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
   6. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei 13.105 de 16 e março de 2015 (“**Código de Processo Civil**”). Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão não serão passíveis de compensação.
   7. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538, 806 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
   8. Os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.
   9. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
   10. As Partes declaram que esta Escritura de Emissão integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração, além desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Operação, celebrados no âmbito de uma operação estruturada, razão pela qual nenhum dos Documentos da Operação poderá ser interpretado e/ou analisado isoladamente.
   11. A Emissora e o Garantidor indenizarão e reembolsarão o Debenturista, bem como seus respectivos sucessores e cessionários (cada um, uma “Parte Indenizada”), e manterão cada Parte Indenizada isenta de qualquer responsabilidade, por qualquer perda, lucro cessante, danos diretos e indiretos, custos e despesas de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, as despesas com honorários advocatícios, que possam ser incorridos por referida Parte Indenizada em relação a qualquer falsidade, imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou asseveração prestada nesta Debênture ou em quaisquer dos Documentos da Operação bem como em relação a qualquer descumprimento das obrigações dos Documentos da Operação, ou prática de ato comissivo ou omissivo que vise reduzir e/ou de qualquer forma afetar as Obrigações Garantidas, ainda que, sendo passível de remediação, tais declarações ou asseverações imprecisas, falsas ou incorretas não sejam corrigidas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de recebimento de comunicação escrita nesse sentido ou, sendo corrigidas, não deixem de surtir efeitos. Tais indenizações e reembolsos serão devidos sem prejuízo do direito do Debenturista de declarar o vencimento antecipado da Debênture e sobreviverão a eventual pagamento dos valores devidos das Datas de Pagamento.
   12. As Partes concordam que o presente instrumento, bem como demais documentos correlatos, poderão ser assinados digitalmente, devendo, em qualquer hipótese, ser emitido com certificado digital nos padrões ICP-BRASIL, nos termos da Lei 13.874, de 20 de dezembro de 2019, bem como na Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no Decreto 10.278, de 18 de março de 2020 e, ainda, no Enunciado nº 297 do Conselho Nacional de Justiça. Para este fim, serão utilizados os serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança, validade jurídica, autenticidade, integridade e validade da assinatura eletrônica por meio de sistemas de certificação digital capazes de validar a autoria, bem como de traçar a “trilha de auditoria digital” (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade e autenticidade. Dessa forma, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa), de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste instrumento, exceto se outra forma for exigida pelos cartórios e demais órgãos competentes, hipótese em que as Partes se comprometem a atender eventuais solicitações no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da exigência.
2. DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL
   1. Nos termos do art. 421-A do Código Civil e 190 do Código de Processo Civil, as Partes celebram negócio processual para acordar, consensual e antecipadamente, que (i) a Aventti renuncia ao direito de formular, em âmbito judicial ou arbitral, qualquer pedido, recurso, alegação ou objeção contra a excussão das Ações PetroRio objeto da Alienação Fiduciária, nos exatos termos estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária; (ii) a Aventti declara e reconhece expressamente que qualquer direito, questionamento ou pretensão contra a excussão das Ações PetroRio objeto da Alienação Fiduciária será resolvido exclusivamente em perdas e danos, na forma da cláusula de resolução de disputas desta Escritura de Emissão; (iii) em caso de eventual divergência ou disputa sobre a Remuneração Contingente entre as Partes, nomearão em até 5 (cinco) dias contados da eventual divergência, empresa de auditoria independente regulamentada e cadastrada de acordo a CVM, sendo, a Deloitte, KPMG, PWC e E&Y, para fazer a referida análise, revisão e/ou ratificação, apresentando o respectivo resultado por meio de laudo com a indicação do valor apurado, descrição dos cálculos e respectiva metodologia utilizada, servindo referido laudo como resultado definitivo, impugnável e, desde já, devidamente aceito pelas Partes como o correto para todo e qualquer fim de direito decorrente deste Contrato, inclusive, mas não se limitando, para apuração de eventual saldo devedor por parte da Fiduciante, constituindo-se, assim, “Montante Incontroverso” para os fins da Cláusula Compromissória estabelecida no Anexo 15.2 abaixo, e (iv) a Aventti renuncia ao direito de formular qualquer pedido visando a suspender ou a impedir a excussão das Ações PetroRio objeto da Alienação Fiduciária, pois declara e reconhece expressamente que (A) a concordância da Aventti com a excussão da Alienação Fiduciária nos prazos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária foi fator determinante para a tomada de decisão do Debenturista em subscrever e integralizar as Debêntures, (B) tais ações não são bens essenciais para o sucesso de qualquer procedimento de insolvência, seja ele de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência, e (C) a excussão e a consequente alienação das Ações nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária não caracterizará *periculum in mora*, e que quaisquer questionamentos quanto à referida excussão poderá ser resolvido posteriormente em perdas e danos. As Partes (i) declaram ter sido assessoradas por advogados e estar plenamente cientes da extensão da presente cláusula *pactum de non petendo* e das limitações por ela impostas, tendo-a pactuado livremente; (ii) reconhecem que a presente cláusula *pactum de non petendo* não configura violação ao direito constitucional de petição ou de acesso à Justiça, mas tão somente delimita as formas de resolução de e eventual conflito superveniente; e (iii) declaram reconhecer a solvabilidade da respectiva contraparte para resolução de conflitos em perdas e danos.
3. Lei de Regência e Foro
   1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
   2. As Partes concordam em submeter à arbitragem todos os litígios relacionados ao Contrato, na forma estabelecida no **Anexo 15.2**, o qual é parte integrante e inseparável deste Contrato.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão de forma digital, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 30 de junho de 2021

(*páginas de assinaturas seguem*)

*Página de assinaturas (1/5) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da Garonne Participações S.A., celebrado em [•]*

**Emissora:**

**Garonne Participações S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas (2/5) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da Garonne Participações S.A., celebrado em [•]*

**Debenturista:**

**PRIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS,**

Por [•]

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas (3/5) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da Garonne Participações S.A., celebrado em [•]*

**Garantidor:**

**AVENTTI STRATEGIC PARTNERS LLP**

Por [•]

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas (4/5) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da Garonne Participações S.A., celebrado em [•]*

**Agente Fiduciário:**

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA**

**DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas (5/5) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da Garonne Participações S.A., celebrado em [•]*

**Testemunhas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  RG:  CPF: |  | Nome: RG:  CPF: |

**ANEXO 5.15**

**DATAS DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DI E AMORTIZAÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Data | Número de ordem “i” | Percentual Tai  (Cláusula 5.15) |
| 30 de junho de 2022 | 1 | 33% |
| 30 de junho de 2023 | 2 | 67% |

**ANEXO 5.3.1(xxvi)**

[Local, data]

Ao

[•],

na qualidade de Agente Fiduciário

[endereço]

[e-mail]

C/c

[Debenturista]

[Endereço]

[E-mail]

Prezados senhores,

Em referência à Cláusula 5.3.1.(xxvii) do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da [•]”* (“Escritura de Emissão”), celebrado em [•], vimos, por meio desta **DECLARAR** que emissão destas Debêntures ou a assinatura de qualquer Documento da Operação não resulta no inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais, legais, inclusive regulatórias que sejamos parte.

Os termos em maiúsculo aqui não definidos fazem referência à Escritura de Emissão.

Atenciosamente,

[Emissora]

[Aventti]

**ANEXO 5.3.1(xxvii)**

[Local, data]

Ao

[•],

na qualidade de Agente Fiduciário

[endereço]

[e-mail]

C/c

[Debenturista]

[Endereço]

[E-mail]

Prezados senhores,

Em referência à Cláusula 5.3.1.(xxviii) do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da [•]”* (“Escritura de Emissão”), celebrado em [•], vimos, por meio desta **DECLARAR** que não temos ciência de qualquer ação, processo ou procedimento pendente perante qualquer tribunal judicial ou arbitral ou órgão administrativo, de qualquer jurisdição ou perante qualquer árbitro, que venha a versar sobre a consumação ou acarretar a rescisão de qualquer termo, condição e/ou obrigação contemplados na Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Operação.

Os termos em maiúsculo aqui não definidos fazem referência à Escritura de Emissão.

Atenciosamente,

[Emissora]

[Aventti]

**ANEXO 5.18.1**

**EXEMPLO DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL**

Assumindo que os [5] pregões imediatamente anteriores à primeira Data de Integralização estejam descritos abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Pregão | Preço de Fechamento | Quantidade Negociada) |
| 1 | R$ 19,00 | 11.000.000 |
| 2 | R$ 18,00 | 12.000.000 |
| 3 | R$ 20,00 | 14.000.000 |
| 4 | R$ 19,00 | 13.000.000 |
| 5 | R$ 20,00 | 11.000.000 |

O PRA será calculado conforme a fórmula abaixo:

PRA = 19,21

QRA é calculado como a razão do Valor Total da Emissão, R$ 700.000.000 pelo PRA, resultando em 36.439.355 ações.

Em uma data entre a primeira Data de Integralização e a Data de Verificação 1, ocorreu um desdobramento na proporção 1:5.

QRA e PRA serão ajustados conforme as fórmulas abaixo:

Na Data de Verificação 1, utilizando a mesma metodologia de cálculo empregada na determinação do PRA na primeira Data de Integralização, o PMA1 foi calculado como R$ 5,00. Nesse caso, o prêmio é calculado conforme a fórmula abaixo:

Em datas entre a Data de Verificação 1 e a Data de Verificação 2, ocorreram (i) distribuição de dividendos no montante de R$ 0,25 por ação e (ii) um aumento de capital por bonificação no percentual de 5%.

Na Data de Verificação 1, PRA correspondia a R$ 3,84 e QRA correspondia a 182.196.775, sendo ajustados conforme as fórmulas abaixo:

Na Data de Verificação 2, utilizando a mesma metodologia de cálculo empregada na determinação do PRA na primeira Data de Integralização, o PMA2 foi calculado como R$ 4,00. Nesse caso, o prêmio é calculado conforme a fórmula abaixo:

**Anexo 15.2**

**CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA**

As Partes concordam em submeter definitivamente a arbitragem todos os litígios e disputas oriundos ou relacionados a esta Escritura de Emissão, dos quais esta cláusula é parte integrante e inseparável, na forma estabelecida abaixo.

**1. Arbitragem.** Qualquer disputa ou controvérsia oriunda da Escritura de Emissão, ou a ela relacionada, incluindo, mas não se limitando a, qualquer questão relativa à sua existência, validade, cumprimento e rescisão (“Disputa”), deverá ser final e definitivamente decidida por meio de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, a ser instituída e processada de acordo com o regulamento de arbitragem (“Regulamento de Arbitragem”) da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem”), vigente à época da instauração da arbitragem, exceto se modificado nesta cláusula ou se diferentemente acordado por escrito pelas Partes.

**2. Pagamento de valor incontroverso.** Na hipótese da Disputa envolver discussão sobre valores devidos (inclusive quanto à sua forma de cálculo, fonte de referência e critérios utilizados), as Partes se comprometem a notificar o nomeado para apurar o Montante Incontroverso, na forma da Cláusula 14.1 do Contrato, cabendo a Parte devedora depositar em favor da Parte credora o Montante Incontroverso apurado e devido em até 2 (dois) dias contados da apresentação pelo nomeado do laudo com a indicação do Montante Incontroverso, sendo, que em qualquer hipótese, o depósito do Montante Incontroverso deverá se dar antes da instauração da arbitragem, constituindo dívida líquida, certa e exigível para todos os fins**.**

**2.1** Caso a Parte devedora não deposite o Montante Incontroverso apurado no prazo acima estabelecido, será aplicável multa diária em favor da Parte credora, equivalente a 1% (um por cento), exigível a partir do término do referido prazo e até o efetivo depósito do Montante Incontroverso em favor da Parte Credora.

**2.2.** Fica, desde já, acordado entre as Partes que o descumprimento de qualquer procedimento previsto nessa cláusula 2, incluindo o de depósito do Montante Incontroverso pela Parte devedora, impedirá que o Tribunal Arbitral conheça dos pedidos porventura formulados pela Parte devedora até que efetivado o referido depósito do Montante Incontroverso, sem prejuízo da instauração ou continuidade do painel arbitral, se o caso, quanto a eventuais pedidos formulados pela Parte credora.

**2.3.** A instauração da arbitragem, nos termos desta Cláusula Compromissória, não prejudicará, nem suspenderá a normal execução das demais obrigações previstas no Contrato, salvo se de outra forma dispuser o Contrato.

**3. Tribunal Arbitral.** O tribunal arbitral (“Tribunal Arbitral”) será constituído por três (3) árbitros, a serem nomeados de acordo com o Regulamento de Arbitragem.

**4. Sede.** A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde será proferida a sentença arbitral.

**5. Idioma e Lei Aplicável.** O idioma da arbitragem será a Língua Portuguesa. A Lei da República Federativa do Brasil deverá ser aplicada ao mérito da arbitragem, sendo vedado ao Tribunal Arbitral o julgamento por equidade.

**6. Custos.** As despesas da arbitragem serão arcadas por cada parte. A sentença arbitral determinará o reembolso pela parte perdedora à parte vencedora, de acordo com o resultado de seus respectivos pedidos e levando em consideração as circunstâncias que o Tribunal Arbitral entender relevantes, das despesas da arbitragem e de outros custos razoáveis incorridos pelas partes, incluindo honorários contratuais de advogados e assistentes técnicos, bem como outros custos necessários para o procedimento arbitral.

**7. Jurisdição Estatal Excepcional.** Sem prejuízo da validade desta cláusula compromissória, as Partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, se e quando necessário, para fins exclusivos de: (i) eventual citação da outra parte para fins do artigo 7º da lei nº 9.307/96; (ii) eventual propositura da ação prevista no artigo 33 da Lei nº 9.307/96; (iii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral e à execução de sua sentença; (iv) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; e (v) execução da sentença arbitral. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia à presente cláusula compromissória ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral.

Qualquer termo utilizado em letra maiúscula neste Anexo e aqui não definido terá o significado a ele atribuído na Escritura de Emissão.

Declarando que leram e concordam integralmente com os termos desta cláusula compromissória, e que reconhecem que a arbitragem será o único e definitivo meio de resolução de Disputas decorrentes do Contrato, as Partes, por seus representantes legais, assinam este Anexo.

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*[Páginas de assinaturas a seguir]*

*(Página (1/4) de assinatura da Cláusula Compromissória do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da [•], celebrado em [•])*

**Emissora:**

**[•]**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*(Página (2/4) de assinatura da Cláusula Compromissória do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da [•], celebrado em [•])*

**Debenturista:**

**PRIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS,**

Por [•]

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*(Página (3/4) de assinatura da Cláusula Compromissória do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da [•], celebrado em [•])*

**Garantidor:**

**AVENTTI STRATEGIC PARTNERS LLP**

Por [•]

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

*(Página (5/5) de assinatura da Cláusula Compromissória do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada da [•], celebrado em [•])*

**Agente Fiduciário:**

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA**

**DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

Anexo **[•]**

**Termo de Execução**